

A MANIPULAÇÃO DOS DADOS DO DESEMPREGO PELO GOVERNO

Subir Lall, chefe de missão do FMI em Portugal, numa entrevista dada ao Jornal de Notícias, em Novembro de 2014, afirmou: “: *“Ninguém percebeu como é que o desemprego está a baixar”*. O chefe do FMI ainda não percebeu porque ele, como sempre aconteceu, nunca se deu ao trabalho de estudar a realidade portuguesa. Foi essa uma das causas do fracasso total do programa da “*troika*” e do governo PSD/CDS. Se tivesse estudado a realidade concreta portuguesa rapidamente teria compreendido que a baixa da taxa de desemprego oficial resulta de uma gigantesca manipulação dos dados do desemprego feita pelo governo para enganar a opinião pública, como revelam os dados do INE e do Instituto de Emprego e Formação Profissional constantes do quadro 1.

Quadro 1 – Desempregados que não estão a ser considerados no desemprego oficial

ANO/ Trimestre	DESEMPREGADO QUE NÃO ESTÃO A SER CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO DESEMPREGO E DA TAXA DE DESEMPREGO OFICIAIS					TOTAL DE DESEMPREGADOS NÃO CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO DESEMPREGO OFICIAL
	INATIVOS DISPONÍVEIS (desempregados não considerados no cálculo do "desemprego oficial" por não terem procurado emprego)	CONTRATOS DE EMPREGO INSERÇÃO - CEI's (Trabalho socialmente necessário="Trabalho semi-escravo" o trabalhador desempregado recebe apenas o subsídio de desemprego)	FORMAÇÃO PROFISSIONAL nos centros do IEFP	FORMAÇÃO PROFISSIONAL externa ao IEFP	ESTÁGIOS	
4T2011	203.100	23.228	10.345	1.711	3.388	241.772
1T2012	202.100	23.568	14.397	2.717	6.201	248.983
2T2012	217.400	24.101	36.582	3.710	8.516	290.309
3T2012	249.200	20.729	31.127	4.238	8.699	313.993
4T2012	259.800	25.784	37.141	7.851	9.815	340.391
1T2013	261.100	25.961	42.916	10.902	10.283	351.162
2T2013	271.100	26.280	58.085	12.448	12.672	380.585
3T2013	304.300	26.947	51.125	12.774	17.603	412.749
4T2013	274.200	29.833	59.932	18.599	27.935	410.499
1T2014	276.600	29.723	67.487	20.823	35.204	429.837
2T2014	256.600	31.190	68.982	20.777	43.108	420.657
3T2014	302.300	31.872	62.722	18.914	41.637	457.445
Variação	48,8%	37,2%	506,3%	1005,4%	1129,0%	89,2%

FONTE: Estatísticas de Emprego - INE, e Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre o 4º Trim.2011 e o 3º Trim.2014, ou seja, com o governo PSD/CDS, o número de desempregados que não são considerados no cálculo do desemprego oficial e também na taxa de desemprego oficial aumentou em 89,2%, pois passou de 241.722 para 457.455 desempregados como consta do quadro 1.

No 3º Trimestre de 2014, por ex., 302.300 desempregados por não terem procurado emprego no período em que foi feito o inquérito pelo INE (os chamados “ativos disponíveis”) não foram considerados no cálculo do desemprego oficial. Também não foram considerados no cálculo do desemprego oficial, 62.722 desempregados que estavam a participar em ações de formação em centros do IEFP, o mesmo acontecendo com 18.914 desempregados em ações de formação realizadas em centros de formação não pertencentes ao IEFP. Também não foram considerados no cálculo do desemprego oficial, 41.637 desempregados que estavam em estágios em empresas.

Mas o escândalo que já levou o Provedor de Justiça a intervir, considerando que se estava perante um procedimento que violava a lei, é a utilização de desempregados para substituir trabalhadores despedidos ou que se reformaram ou aposentaram ou ainda que não foram contratados quando eram necessários, que também não são considerados no cálculo do desemprego oficial e da taxa oficial de desemprego. São os famigerados Contratos de Emprego Inserção (C-E.I.'s), um novo tipo de trabalho semiescravo moderno, onde o desempregado tem um trabalho como qualquer outro trabalhador mas recebe praticamente apenas o subsídio de desemprego pago pela Segurança Social. O seu número, no 3º Trim.2014, já atingia 31.872 e, embora fossem desempregados, também não são considerados no desemprego oficial e na taxa de desemprego oficial.

Um aspeto importante para qual interessa chamar atenção é o facto de que são as rubricas que mais dependem da ação direta do governo que mais cresceram. Entre 2011 e 2014, os desempregados em ações de formação aumentaram entre 506% e 1005%, e os desempregados em estágios profissionais aumentaram, no mesmo período, em 1.129%. Desta forma, o governo conseguiu retirar dezenas de milhares de desempregados do número oficial de desemprego e baixar a taxa de desemprego oficial

A REDUÇÃO DO APOIO AOS DESEMPREGADOS FEZ DISPARAR A POBREZA ENTRE OS DESEMPREGADOS

Ao mesmo tempo que desta forma o governo reduzia artificialmente a taxa oficial de desemprego, depois utilizava isso para justificar a redução do apoio aos desempregados, reduzindo o numero daqueles com direito a receber o subsídio de desemprego, como mostram os dados oficiais constantes do quadro 2.

Quadro 2 – A redução do apoio aos desempregados em Portugal

ANO/ Trimestre	Desemprego oficial - Milhares	Desempregados a receber subsidio de desemprego Milhares	% de desempregados (do desemprego oficial) a receber subsidio	% de desempregados (do desemprego real) a receber subsidio de desemprego
1T2011	688,9	294,1	42,7%	28,6%
2T2011	675,0	286,9	42,5%	32,8%
3T2011	689,6	297,5	43,1%	27,9%
4T2011	771,0	317,1	41,1%	26,4%
1T2012	819,3	360,7	44,0%	28,4%
2T2012	826,9	356,5	43,1%	25,9%
3T2012	870,9	376,1	43,2%	26,3%
4T2012	923,2	400,2	43,4%	26,3%
1T2013	952,2	418,7	44,0%	26,8%
2T2013	886,0	394,9	44,6%	25,7%
3T2013	819,9	391,9	47,8%	26,3%
4T2013	808,0	376,9	46,6%	25,5%
1T2014	788,1	369,0	46,8%	25,2%
2T2014	728,9	330,1	45,3%	23,6%
3T2014	688,9	324,8	47,1%	23,6%

FONTE: Estatísticas do Emprego - INE , IEPF e Segurança Social

Entre 2011 e 2014, os desempregados a receber subsídio de desemprego correspondiam apenas entre 42,7% e 47,1 do desemprego oficial, o que significava que mais de metade mesmo destes desempregados oficiais não recebiam subsídio de desemprego. Mas se no lugar de se considerar apenas o desemprego oficial, se se tiver em conta o desemprego real total aquela percentagem já desce para entre 28,6% e 23,6%, o que significa que, atualmente, cerca de três quartos dos trabalhadores que estão de facto desempregados não recebem subsídio de desemprego. Este facto fez disparar os desempregados a viver no limiar da pobreza para 40,2% como revelam os dados do INE constantes do quadro 2, que não necessitam de comentários devido à sua clareza

Quadro 3 – Desempregados no limiar da pobreza segundo o INE: 40,2%

Quadro 3 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais em Portugal, EU- SILC 2010-2013				
Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012 (P ₀)
Empregado	9,7	10,3	9,9	10,5
Sem emprego	24,5	24,3	24,1	23,8
Desempregado	36,4	36,0	38,4	40,2
Reformado	18,5	17,9	15,9	12,8
EU-SILC	2010	2011	2012	2013 (P₀)

FONTE: EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - INE

Os comentários são mesmo desnecessários -Eugénio Rosa , edr2@netcabo.pt, 13.12.2014